

POR UMA CARTOGRAFIA NETNOGRÁFICA EM TEMPOS PANDÊMICOS: ENTRE A PSICOPOLÍTICA E A BIOPOLÍTICA DO NEGACIONISMO

*BY A NETNOGRAPHIC CARTOGRAPHY IN PANDEMIC TIMES: BETWEEN PSY-
CHOPOLITICS AND THE BIOPOLITICS OF DENIALISM*

Éderson Luís Silveira

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: ediltera-tus@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i3>.

Recebido em: 18.03.2021

Aceito em: 28.03.2021

Resumo: Em tempos pandêmicos, torna-se cada vez mais necessário pensar acerca do desenvolvimento de pesquisas em meio à situação de emergência do distanciamento social promovida pela proliferação desenfreada do coronavírus. Nesse contexto, situando esta pesquisa no contexto dos estudos educacionais e culturais, busca-se pensar ensaisticamente acerca da existência de uma pedagogização acerca dos modos de reproduzir o negacionismo em meio à pandemia. Isso porque essa reprodução da negação coletiva sobre o coronavírus também produz formas de subjetivação e, também, incita ao desenvolvimento de condutas e contracondutas. Para isso, o método sugerido é o que está sendo intitulado neste artigo de cartografia netnográfica.

Palavras-chave: Cartografia. Netnografia. Cartografia netnográfica. Pandemia. Coronavírus.

Abstract: *In pandemic times, it is increasingly necessary to think about the development of research in the midst of the emergency situation of social distancing promoted by the rampant proliferation of coronavirus. In this con-text, situating this research in the context of educational and cultural studies, we seek to think ensaistically about the existence of a pedagogization about the ways of reproducing denialism in the midst of the pan-demic. This is because this reproduction of the collective denial about the coronavirus also produces forms of subjectivation and also encourages the development of conducts and counter-conducts. For this, the suggest-ed method is what is being titled in this netnographic cartography article.*

Keywords: *Cartography. Netnography. Netnographic cartography. Pandemic. Coronavirus.*

1 Introduzindo o percurso

Refletir acerca da pesquisa acadêmica em tempos de pandemia trouxe problemáticas relacionadas a efeitos provocados por tal instância temporal, que se estende para além das estimativas de extensão da ação do coronavírus. Diante disso, o contato físico passou a ser evitado e o distanciamento social se mostrou uma alternativa parcialmente eficaz para retardar a disseminação do vírus (embora indivíduos ligados a atividades consideradas essenciais não



pudessem cessar a aproximação de outros indivíduos que trabalham em segmentos próximos). O que vem sendo chamado de “novo normal” parte de uma tentativa de domesticação do indomesticável, de minimização do desconforto causado pela regulamentação de medidas sanitárias vigentes e do estranhamento relacionado aos hábitos que se tornaram obrigatórios por toda parte.

Mas as barreiras no âmbito do desenvolvimento de pesquisas, que dependem da livre circulação de indivíduos por espaços físicos diversos e, também, do contato com populações vulneráveis, ou mesmo com outros países, se tornaram cada vez mais incontornáveis. A netnografia ganha ênfase, nesse contexto, emergindo como alternativa à etnografia, ao contato com sujeitos e lugares físicos, a repositórios de documentos e materiais, ferramentas metodológicas que a pandemia interditou temporariamente. Mantendo o distanciamento social, que é uma indicação situada no bojo das regulamentações sanitárias vigentes, é possível se adaptar e desenvolver estratégias para o desenvolvimento de pesquisas universitárias, considerando, por exemplo, a dificuldade de acesso a fontes primárias. Ao mesmo tempo em que surgem metodologias e estratégias, também permanece a necessidade de preservar o rigor acadêmico e a qualidade de pesquisas efetuadas. Isso porque há limitações a pesquisas de campo, junto da necessidade de problematizar questões como a ética e a segurança na pesquisa nesse contexto, que precisam ser mantidas e asseguradas.

Situando esta pesquisa no contexto dos estudos educacionais e culturais, busca-se pensar ensaísticamente acerca da existência de uma pedagogização acerca dos modos de reproduzir o negacionismo em meio à pandemia. Isso porque essa reprodução da negação coletiva sobre o coronavírus também produz formas de subjetivação e, também, incita ao desenvolvimento de condutas e contracondutas. Para isso, o método sugerido é o que está sendo intitulado neste artigo de *cartografia netnográfica*. Vale destacar que a cartografia parte de uma apropriação conceptual dos estudos de Deleuze e de Guattari (1995), sobretudo a partir da obra *Mil Platôs*. Isso porque é uma forma de delinear metodologicamente pesquisas acadêmicas sob o pressuposto de que não se trata de um método pronto e acabado. Pode-se afirmar que se dispõe geograficamente e territorialmente como se fosse uma paisagem que pode ser alterada no percurso da investigação. É, portanto, um método de pesquisa processual.

É importante mencionar que não se trata de buscar a representação unívoca do objeto investigado, ou uma forma determinista de trabalho, que isola conexões e intersecções possíveis. Braga (2006) criticou o funcionamento determinista de algumas pesquisas do campo da Comunicação devido ao fato que elas buscam investigar ou processos de produção, ou estão centradas na recepção do objeto estudado, ou na interação social sobre a mídia. No entanto, ele afirma, é possível afirmar que existe a possibilidade de que os processos gerem estruturas tanto quanto as estruturas se realizam em projetos. Nesse contexto, a cartografia tem aparição enquanto método no sentido em que ela reverte sentidos tradicionais: “Não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (méta-hódos), mas o primado do caminhar que traça no percurso suas metas (PASSOS & BARROS, 2009, p. 17). A cartografia netnográfica será mobilizada nesse contexto: “É nessa perspectiva que se pretende cartografar práticas de uma determinada realidade social, econômica e cultural regionalizada do oeste catarinense, a qual constitui subjetividades e produz sujeitos” (MOESCH, DAL MAGRO E COMERLATTO, 2018, p. 92).

A interseccionalidade das áreas mencionadas revela a preocupação com os efeitos e a

abrangência da pesquisa a ser realizada, promovendo articulação com esforços que visam o desenvolvimento científico do país por meio da divulgação dos resultados e da inscrição em temas e abordagens que possibilitem um olhar crítico-reflexivo para o contexto sócio-político no qual nos situamos. Além da preocupação com o desenvolvimento científico nacional, a presente proposta objetiva, conforme mencionado anteriormente, a formação de recursos humanos altamente qualificados, permitindo a partilha de experiências profissionais e de abordagens pautadas em novos tópicos de pesquisa.

2 Primeiras considerações teórico-conceituais

Conceptualmente, a noção de *biopolítica* pode ser pensada através de alguns marcos fundamentais: as bases do pensamento acerca da biopolítica já faziam parte das discussões do pensador francês Michel Foucault, na obra *Vigiar e punir* (1975), quando ele analisou a genealogia dos micropoderes disciplinares. Na primeira metade dos anos 1970 as discussões serão estendidas no escopo dos cursos realizados no *Collège de France*, sobretudo a partir de obras como *Em defesa da sociedade* (1975-1976) e no último capítulo da *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1976), intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida” nos quais, opondo-se ao poder soberano de vida e de morte, o conceito de biopolítica é desenvolvido. Posteriormente, nos cursos *Segurança, território, população* (1977-1978) e *Nascimento da biopolítica* (1978-1979) vai se dar a articulação do conceito com a gênese do Estado moderno. No âmbito dessa articulação, questões relacionadas a instâncias mercadológicas do período pós-guerra fizeram-no promover um deslocamento acerca do estabelecimento e da problematização de marcos da governamentalidade neoliberal (Cf. SILVEIRA, 2020).

Acerca dos estudos de Foucault sobre a governamentalidade neoliberal¹, Fernando Danner (2011) afirma que há uma crescente economicização dos processos relacionados à vida dos indivíduos quando pressupostos econômicos passam a ser incorporados noutros âmbitos da vida humana (criminalidade, educação, engenharia genética, etc.). Assim, conforme Foucault, da mesma forma que o neoliberalismo se apresenta como uma teoria econômica que produz liberdades, necessita delas para que o mercado funcione, com o respaldo de mecanismos de segurança para o funcionamento do mercado. Não é à toa que ele produz e cerceia, porque a produção de liberdades se dá no âmbito de uma circunscrição específica, que pensa indivíduos como seres competitivos e produtores. Daí resulta a existência de processos de subjetivação e de socialização de indivíduos, perpassados pela dinâmica do funcionamento da racionalidade econômica.

Mais recentemente, um filósofo Sul-Coreano também tem se destacado, principalmente por causa da tradução para o português de seus livros *Sociedade do cansaço* e *Topologia da Violência*, que foram traduzidos em 2014 e 2017 para o português brasileiro. O autor está radicado na Alemanha faz anos e leciona filosofia e estudos culturais na Universidade de Berlim. Um conceito seu nos interessa para a presente pesquisa: *psicopolítica*, que também tem relações com a questão do neoliberalismo e técnicas de poder na contemporaneidade.

1 Vale destacar que Foucault inicia seus estudos desenvolvendo o conceito de biopolítica em oposição ao poder soberano de vida e de morte, posteriormente articulando esse conceito à genealogia do Estado moderno. Mais adiante, seu interesse vai se voltar para o estudo das economias modernas de mercado do período pós-guerra, mais especificamente o Ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo estadunidense da Escola de Chicago e a Teoria do Capital Humano. É aí que pode ser reiterado que seus estudos se articulam à questão da biopolítica nos marcos da governamentalidade neoliberal.

No livro *Psicopolítica e neoliberalismo*, o autor pressupõe que o desenvolvimento do neoliberalismo traz, por consequência, a adoção e adestramento de condutas e práticas invertendo conceitos e valores morais. Se a sociedade do século passado teria sido liberal, marcada por disciplinamentos, coerções do corpo, ao confinamento e à reclusão, o século XXI teria constituído, sob a lógica do autor, uma série de espaços abertos, onde os indivíduos gozam de inúmeras liberdades, ainda que ilusórias (HAN, 2018). Então, ele vai concluir que a morte prematura de Foucault impediu o pensador francês de “[...] repensar a sua ideia biopolítica e abandoná-la em favor de uma psicopolítica neoliberal” (HAN, 2018, p. 39). Isso se deve ao fato que, se o regime disciplinar visava o controle do corpo, o neoliberalismo visa a psique, almejando aperfeiçoar o alcance e a influência sobre a sociedade.

Acerca do *negacionismo*, podemos mencionar que, desde a obra *A era dos extremos*, de Eric Hobsbawm (2003), fomos alertados para a velocidade com que foi sendo (re)produzido o ódio à política, no decorrer do século XX, por meio de experiências radicais perpetuadas em Estados autoritários que negligenciaram a vida e a vulnerabilidade² de determinados grupos sociais. O historiador francês Henry Rousso já havia alertado para o perpetuamento desse negacionismo histórico sobre fatos cruéis do percurso da humanidade no âmbito da extensão dos domínios e da exploração de alguns povos sobre outros. Para ele, a negação dos crimes não é um fenômeno distinto, mas inter-relacionado à existência desses acontecimentos (como o Holocausto, por exemplo). Foi Rousso que popularizou o uso do termo, quando, no pós-guerra, proliferou pelo mundo uma série de adeptos do pressuposto que apregoa que o Holocausto e os campos de concentração foram uma farsa histórica.

Inúmeros negacionistas, como Robert Faurisson, David Irving, Ernst Zundel e Roger Garaudy, entre outros, afirmaram que suas teses falaciosas seriam “revisionismos históricos” levando a questão do negacionismo a um patamar pseudo-oficial. Há outro caso curioso: Jean-Marie Le Pen, negacionista convicto do Holocausto, chegou a ser condenado em última instância por isso, o que não o impediu de chegar ao segundo turno das eleições presidenciais francesas em 2002. Sua filha, Marine Le Pen, também disputou e não foi eleita em 2017, mas obteve consideráveis 35% dos votos, o que aponta para um sinal de alerta em relação à identificação coletiva com governos autoritários e negacionistas. A então candidata chegou a afirmar publicamente que os franceses não foram responsáveis pela deportação de 13 mil judeus aos campos de concentração, mesmo que a colaboração com o nazismo tenha sido atestada e reconhecida pela França desde 1995.

Conforme mencionado pelo psicanalista Christian Dunker³, o conceito de negação estudado por Freud pode nos ajudar a entender o negacionismo a fim de buscar compreender atitudes e condutas que visam à desmoralização de autoridades sanitárias e científicas. No texto

2 Entendemos a vulnerabilidade como sendo da ordem da multiplicidade, pois está associada a um conjunto de fatores e não ocorre isoladamente ou de modo a ser reduzida a determinado indivíduo. É um problema de amplo alcance social e afeta não somente a vida daqueles que são conhecidos como vulneráveis, mas todo o entorno em que vivem. Toner, Trzcinski e Dal Magro (2017, p. 11) especificam o conceito: “A noção de “vulnerabilidade”, termo tomado do Movimento de Direitos Humanos, foi desenvolvida inicialmente por Mann et al. (1992), para pensar a epidemia da Aids no contexto da saúde pública. Tal abordagem visualizava a prevenção da doença como resultado de informação e vontade pessoal, dependendo, portanto, da mudança de comportamento realizada voluntariamente pelo indivíduo. Com o intuito de ultrapassar esta compreensão, Ayres (1996) propõe ampliar o campo das reflexões sobre a vulnerabilidade para além do comportamento individual, destacando que esta noção só pode ser entendida como produto da interação de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, não se reduzindo à vontade individual”.

3 Professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), e autor de obras como *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica* (Annablume, 2011).

de 1925, sobre a negação, Freud assinala a presença da negação quando surge no paciente um pensamento, desejo ou sentimento que cause desconforto, fazendo com que o indivíduo em análise negue que este lhe pertença. A negação também é, nessa lógica, um meio para que um conteúdo reprimido não chegue até a consciência, por meio da condição de ser negado.

Não é à toa que Freud vai mencionar que a negação é uma forma de tomar ciência do inconsciente, mesmo que o indivíduo não aceite aquilo que foi reprimido, já que há um desejo de manter reprimido o que causa desconforto. Negar é um ato que parte de um desejo íntimo de recalcar aquilo que se nega. Para Dunker (2020), a banalização das vidas vulneráveis está relacionada ao dismantelamento de valores universais como a razão, a justiça e a vida da população. Assim, o conceito de biopoder, como técnica governamental, tem por objetivo fazer viver e deixar morrer, negligenciando os efeitos da desassistência de vidas precárias. A preservação da vida de alguns, então, passa a estar associada à negação do extermínio de outros e à desproteção que leva inúmeros indivíduos à morte. Assim, *enquanto que a biopolítica faz viver alguns desassiste outros, através da psicopolítica, busca-se, por meio do estímulo do governo de si e dos outros, aperfeiçoar o alcance e a influência do negacionismo sobre a sociedade*. Na prática, essa equação tem efeitos devastadores.

No Brasil, chegamos à marca de mais de 400 mil mortos pela COVID-19 em maio de 2021. Desse modo, o negacionismo que estamos considerando neste trabalho é de uma ordem específica: é sobre a negação pública acerca da pandemia e da gravidade da situação em que nos encontramos. Trata-se de um negacionismo ideológico no sentido em que ele parte do pressuposto de que há um inimigo invisível que ataca os “cidadãos de bem”, relegando-os aos lares, sem recreação ou obrigando-os a seguir recomendações de órgãos sanitários e de saúde. O desconforto alimenta falácias e desconhecimentos, mas também argumentos ideologicamente orientados, pois valora negativamente os que levam a pandemia a sério, questionando, inclusive, os dados de internação ocasionados pela doença.

É importante mencionar que o ato de negar a existência de um fato histórico associado à morte de milhares de pessoas traz consigo um desejo de esquecimento, de perpetuamento da subjugação de determinados grupos sociais, que não se encerra na vontade de exterminar indesejáveis. Deixando em suspensão os traumas de familiares e conhecidos que perderam entes em meio à pandemia, inúmeras vezes busca-se a aniquilação de fatos insuportáveis, negando a memória e o direito à escrita da história aqueles que são vulneráveis.

Em 2020, Boaventura de Souza Santos apresentou um ensaio sobre a crise causada pela pandemia do coronavírus, intitulado *A cruel pedagogia do vírus*. O autor busca apresentar lições que ajudam na compreensão de alguns efeitos da crise e as implicações associadas, sobretudo, ao contexto econômico, social e político em que vivemos. No texto, ele incita a necessidade de redimensionar as relações com todos os seres vivos do planeta, refletindo acerca de fundamentos relacionados à existência e modos de agir que impactam na vida uns dos outros. O termo “pedagogia do vírus” remete ao fato de que a pandemia tem algo a nos ensinar. Indo além desse “ensinamento do vírus”, propomos, nesta pesquisa, que haja um redirecionamento do foco de estudos: não centraremos as análises empreendidas durante este trabalho numa pedagogia do vírus, mas numa pedagogização das formas de negar a pandemia em nosso tempo. Isso porque, lá na *Ordem do Discurso*, Foucault já havia mencionado sobre a educação: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os

saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 1996, p. 44).

É preciso que seja considerado, também, que tal instância de considerações, está associada à existência de saberes e poderes que são negados e legimitados na esfera pública. Nesse contexto, a formação de saberes instituídos como válidos remetem a possibilidades de construção histórica e, nesse sentido, práticas discursivas e não discursivas estão enoveladas por dispositivos que se movimentam “[...] da ordem do saber à ordem do poder interrogando as práticas que nos constituem historicamente” (CASTRO, 2009, p. 337). Os saberes que formam discursos não se desarticulam de um feixe de relações de poder, visto que em Foucault não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber. Para ele, todo saber constitui novas e heteróclitas relações de poder (FOUCAULT, 1979).

Manter ou modificar a apropriação dos discursos é o que os negacionistas fazem por meio da (re) produção do negacionismo. Mas, foucaultianamente, não se pode centrar as reflexões num sujeito soberano de si ou fonte dos discursos. Por isso, a noção de dispositivo é importante para considerar essa pedagogização do negacionismo. Mais especificamente, buscase refletir acerca dos efeitos do dispositivo do negacionismo, via pedagogização, nos processos de subjetivação social que incidem nos modos de conduta da população. Para Revel (2005), a questão do dispositivo é que ele engloba tanto instituições quanto práticas, ou seja, “todo o social não discursivo” (REVEL, 2005, p. 40).

Podemos então afirmar que o negacionismo é parte e elemento que constitui um modo específico de governar a população via instituições, procedimentos e estímulo de condutas que se articulam a um modo de ser e de agir. Tal abordagem requer que nossa atenção recaia sobre o funcionamento do sistema capitalista hodierno, no qual direitos e garantias fundamentais estão sendo desmantelados a partir de um modo específico de governar a população. Rubens Casara (2018; 2020) chegou a chamar de pós-democracia⁴ o ambiente no qual a democracia se alia ao neoliberalismo, regida pela lógica da mercadoria, onde até mesmo todo tipo de valores passaram a ser relativizáveis, tornando-se negociáveis, disponíveis para gozo e uso coletivo, no âmbito de um mercado de grandes proporções instaurado sob o contexto de uma democracia de fachada. Para Casara (2020), se o liberalismo clássico buscava limitar o poder dos reis, o neoliberalismo busca fazer crescer ilimitadamente o poder econômico.

Numa perspectiva similar, o francês Grégoire Chamayou (2020) chama atenção para o fato de que o neoliberalismo foi historicamente marcado pelo assombro de uma sociedade ingovernável: para impedir avanços sociais e maximizar os lucros, a visão neoliberal se alia a uma necessidade de instauração de um movimento de despolitização da sociedade. Dessa forma, o mercado se torna o eixo regulador de condutas; então, bens, princípios, regras e até mesmo pessoas são mensurados como se fossem mercadorias a partir de seu valor de uso e de troca. O resultado: há cada vez mais uma “desumanização inerente à lógica do capital, que se fundamenta na competição, no individualismo e na busca do lucro sem limites” (CASARA, 2020, p. 25).

4 “No Estado pós-democrático, a democracia subsiste apenas sob o ponto de vista formal, como um simulacro ou um totem que faz lembrar conquistas civilizatórias que já existiram, mas que hoje não passam de lembranças que confortam. Por ‘pós-democrático’, entende-se um estado sem limites rígidos ao exercício do poder, isso em um momento em que o poder econômico e o poder político se aproximam, e quase voltam a se identificar, sem pudor” (CASARA, 2020, p. 18-19). Assim, para Casara (2018; 2020), o poder político condiciona o direito. Isso porque o poder político estabelece o direito e condiciona o funcionamento concreto do Estado. Para o autor, no decorrer da história da humanidade não foram poucas as vezes nas quais a legalidade esteve (quase) sempre a serviço do poder e sua função se limitou a legitimar a “lei do mais forte” (Cf. Casara, 2020).

Apesar de os direitos sociais estarem previstos na Constituição Federal de 1988, Moesch, Dal Magro e Comerlato (2018, p. 90) mencionam que, na busca por assegurar os direitos sociais, “percebe-se uma relação de poder que subjuga os sujeitos ao Estado, por meio de tecnologias biopolíticas de controle da vida dos cidadãos”. Diante disso, vale destacar que a desassistência e o negacionismo, que assinalam uma preocupação com a sobrevivência da economia de mercado, não são ações aleatórias ou sem efeito na vida da população. Então, visando inserir esta pesquisa na perspectiva das dinâmicas regionais, buscaremos atentar para como este negacionismo acerca do coronavírus tem aparição em textos veiculados em mídias eletrônicas e também em comentários de postagens adjacentes veiculadas no Oeste de Santa Catarina. Isso para pensar como se dá o trânsito entre a biopolítica e a psicopolítica e a consequente produção de modos de subjetivação na contemporaneidade.

3 Sobre cartografia netnográfica e possíveis fontes de extração de enunciados

A obra *Mil Platôs*, de Deleuze e Guattari oferece ferramentas para pensar a cartografia a partir da metáfora do método geográfico, pois as paisagens podem mudar a cada momento no decorrer da pesquisa e essa movência é a principal característica deste tipo de direcionamento da pesquisa. Nesse sentido, a direção pode vir a ser outra, pois parte-se do pressuposto que sujeito pesquisador e objeto se constituem e estão inter-relacionados. Bergson e Foucault foram os dois teóricos utilizados. De Bergson, Deleuze e Guattari mobilizaram a noção de multiplicidade e de temporalidade, de Foucault, o apreço por metáforas geográficas, a genealogia e a noção de dispositivo, como um aglomerado de elementos heterogêneos e sempre em movimento.

Diferentemente da cartografia tradicional, que traça mapas de territórios, relevo e distribuição populacional, uma cartografia social faz diagramas de relações, enfrentamentos e cruzamentos entre forças, agenciamentos, jogos de verdade, enunciações, jogos de objetivação e subjetivação, produções e estetizações de si mesmo, práticas de resistência e liberdade. Como método presta-se à análise e desmontagem de dispositivos, ação que consiste em desemaranhar suas enredadas linhas, além de instrumentalizar a resistência aos seus modos de objetivação e subjetivação. Tal como proposta por Foucault e Deleuze, a análise cartográfica configura-se como instrumento para uma história do presente, possibilitando a crítica do nosso tempo e daquilo que somos (PRADO FILHO & TETI, 2013, p. 45).

Não é à toa que a questão do dispositivo vai auxiliar na criação do conceito de rizoma enquanto imagem da multiplicidade. Diante disso, a pesquisa não pode ser vista como um oásis tranquilizador sobre a qual o pesquisador se aproxima com elementos pré-estabelecidos e recortes delineados de percurso. Não se busca uma verdade absoluta, mas adentrar nos terrenos da movência e da complexidade das relações multifacetadas que a investigação pode fazer suscitar. Desse modo as relações entre sujeito e objeto vão se intensificando e ocorrendo de forma processual, durante o percurso.

Podemos mencionar, acerca da outra “peça” do quebra-cabeça investigativo que estamos propondo, que esta se relaciona à utilização da internet. Diante disso, cabe salientar que tal uso se dá, na maior parte das famílias brasileiras, via telefone celular. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Tecnologia da Informação e Comunicação (IBGE, 2019), 79,3% dos brasileiros com 10 anos ou mais têm aparelhos celulares para uso pessoal, com ou sem

internet. Os 28% de brasileiros que não tem celular afirmam que é caro; 24,2% afirmaram que falta interesse em obter o aparelho, 19,8% não sabem usar e 16,6% afirmaram que costumam usar o aparelho de outra pessoa. Já o uso de computadores caiu para 50,7% e de tablets para 12%. Mas, ainda é preciso destacar: seja o modo como se acessa a questão central é que a internet e as Tecnologias da Informação e Comunicação fazem parte do cotidiano da maior parte dos lares brasileiros.

Considerando essa expansão, a netnografia emerge enquanto método como uma adaptação da etnografia quando realizada na investigação ou observação de grupos sociais online ou offline. Uma das obras precursoras do assunto é o livro intitulado *Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online* em que Robert V. Kozinets (2014), professor de marketing da Universidade Iorque de Toronto, apresenta considerações metodológicas para a realização da netnografia. Trata-se de uma abordagem que busca compreender usos sociais de interações online, mediadas por tecnologias digitais, visando analisar representações etnográficas de fenômenos culturais na internet. Tal instância permite adaptar pesquisas para adentrar na observação de fóruns, grupos de notícias, redes sociais, blogs, jornais eletrônicos, etc.

Como a web se torna cada vez mais importante no que diz respeito a formas de compreender a interação humana em contextos de socialização, é preciso pensar no delineamento de processos teórico-metodológicos que abarquem a questão da cibercultura na contemporaneidade. Por isso, é necessário pensar em uma metodologia que seja delineada em construção e que seja passível de transformações consoantes às mudanças que houver nas relações entre sujeito e objeto, que passam a ser vistos como instâncias inter-relacionadas.

Nessa direção, a multiplicidade entra em cena e torna-se preciso considerar a heterogeneidade de saberes enovelados na construção de conhecimentos acerca da cibercultura, das tecnologias digitais e da web. Outrossim, a metodologia passa a ser a cartografia netnográfica porque serão considerados os sentidos em movência e a relação ética entre sujeito pesquisador e objeto de investigação, que se tornam, nessa lógica, constitutivos, na relação entre ambos.

Nesse contexto, pensando em tempos pandêmicos, fontes de extração de enunciados podem ser jornais locais, postagens de redes sociais e revistas regionais ou de abrangência nacional. Também podem ser analisados comentários e postagens de redes sociais ou, até mesmo, vestígios da interação virtual em páginas de postagens e/ou compartilhamento de mensagens, por exemplo.

4 Preâmbulos sobre o sujeito, o saber-poder, a psicopolítica e a biopolítica do negacionismo

Foucault foi um pensador incansável das disciplinarizações, do poder, do cuidado de si e da produção de subjetividades, que se recusava a partir de concepções assentadas sobre saberes aprioristicamente estabelecidos, desconfiando, escavando o terreno que colocava argumentos sob o solo do verdadeiro e provocava os leitores - e provoca até hoje - com suas ferramentas a cada um que tiver seus livros em mãos a operar sobre si uma mudança de pensamento. Seus estudos sobre o poder como um emaranhado de teias que perpassam as relações humanas e, entre outros temas, sobre a disciplinarização de corpos e as modificações das técnicas de si que se fizeram surgir com o passar do tempo relegaram aos seus estudos um caráter atemporal.

O filósofo francês não buscava seguidores, nem repetidores *ipsis literis* daquilo que dizia.

Antes disso, queria que o exercício do pensamento os guiasse no esforço de operar um trabalho sobre si mesmo, com a modificação do que haviam sido antes. Como ele disse uma vez, escrevia livros para que outros livros fossem escritos e não necessariamente por ele e se caracterizou certa vez como um pirotécnico (FOUCAULT, 2006), pois era a favor de que muros fossem quebrados para que o saber pudesse emergir por sobre as cinzas da poeira das verdades que deveriam cair por terra ao serem escavadas sob as lentes do arqueólogo do saber, do genealogista do poder, do pensador da problematização. Para ele, o objetivo de uma pesquisa não é tornar o trabalho metódico centrando-se na busca de “soluções”, porque a tarefa da filosofia “não é resolver – aí compreendida a ação de substituir uma solução por outra – mas ‘problematizar’, não reformar, mas instaurar uma distância crítica, fazer jogar o ‘desprendimento’” (REVEL, 2005, p. 09).

Ao invés de considerarmos a categoria indivíduo, no âmbito dos estudos foucaultianos é comum encontrar palavras como subjetividade, modos de subjetivação e sujeito. Não se trata de mero deslocamento conceptual, é uma especificidade que surte efeitos nas leituras efetuadas sob este prisma teórico. Mansano (2009) menciona que um caminho que pode ser percorrido é justamente iniciar explicitando o conceito de subjetividade, depois modos de subjetivação para então chegar na categoria de sujeito. Nesse contexto, a “[...] subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 31).

Trata-se de um conceito que sugere um movimento incessante, sempre inacabado, a partir dos encontros que temos com os outros no decorrer de nossa vida. Isso porque, tal qual o meio social, a subjetividade é heterogênea e passível de mudanças e transformações. Por isso se fala em processos de subjetivação porque essa produção de subjetividades, da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se em aberto “uma vez que cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva” (MANSANO, 2009, p. 111). Guattari e Rolnik vão além: para eles, “existimos e produzimos subjetividades em meio a uma luta. Um outro ponto importante a ser considerado é que qualquer mudança social passa necessariamente por essa produção viva e mutante de subjetividades” (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 112). Quando se fala em modos de subjetivação ou processos de subjetivação se está referindo a um excerto de Foucault extraído de um texto intitulado “O sujeito e o poder”:

Eu gostaria de dizer, antes de mais nada, qual foi o objetivo do meu trabalho nos últimos vinte anos. Não foi analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise. Meu objetivo, ao contrário, foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. (FOUCAULT, 1995, p. 231).

Finalmente, chegamos à noção de sujeito. Foi durante a investigação histórica acerca dos modos de tornar-se sujeito que Foucault chegou à conclusão de que seus estudos objetivaram compreender a formação de sujeitos, a subjetivação e os modos de subjetivação em cada tempo e espaço existentes com o passar dos anos. Para isso, houve um resgate dos gregos e as práticas do cuidado de si e dos outros, percorreu questões relacionadas à sociedade disciplinar e, também, chegou às problematizações acerca do Estado como agente de intervenções biopolíticas sobre os corpos dos indivíduos e da população (MANSANO, 2009).

Vale destacar que relacionada à noção de sujeito está a noção de poder (FOUCAULT, 1995). Quando se acreditava que o poder fosse algo que alguém detinha e que se exercia sobre os outros unilateralmente, Foucault apresenta outra versão acerca dos efeitos do poder e indaga:

se o poder apenas tivesse por objeto de funcionamento dizer não, acredita que seria obedecido? Então a noção de poder vai além do estereótipo da repressão que ele pode exercer sobre os corpos.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considera-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem a função de reprimir. (FOUCAULT, 2008, p. 08)

Ao partir de uma concepção de poder que não apenas tenha por objeto reprimir os corpos e os indivíduos, Foucault nega a concepção de um sujeito universal, constituinte, situando as condições de possibilidade dos enunciados e dos objetos discursivos em uma trama histórica. A partir desta atitude, ele se distancia do estruturalismo livrando-se do próprio sujeito, para chegar a uma análise que possa dar conta da constituição histórica deste sujeito. Tem lugar, então o descentramento do sujeito, um dos pilares do pós-estruturalismo. E Foucault vai além apresentando o sujeito como um lugar vazio a ser preenchido no discurso. Sendo um lugar vazio, não cabem reflexões acerca da interioridade ou do sujeito enquanto constituinte. A subjetividade como categoria de análise está posta em cheque e dá lugar às formas de subjetivação, já que os modos de produção de subjetividade são inúmeros, não cabe mais falar em um sujeito fundante ou do qual partam as reflexões. Assim, quando Foucault se utiliza da noção de sujeito, ela está mais ligada ao conceito de formas de subjetivação que ao sujeito centrado, consciente, centro do dizer.

Na *Arqueologia do saber*, o discurso é caracterizado a partir de uma dispersão constitutiva, que revelam a determinação de quem pode e deve falar a partir de determinado lugar. Sendo assim, não é qualquer um que pode ser sujeito de enunciação no discurso médico, assim como os objetos do discurso não preexistem aos enunciados, como algo a ser desvendado. Sendo assim, entre os enunciados também há dispersão que faz com que eles não se reduzam a características lógicas ou gramaticais. A tese central de Foucault é que

[...] em toda a sociedade a produção de discursos é a um tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por determinados procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar a aleatoriedade de seu acontecimento e evitar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2012, p. 10-11).

Desse modo, se a análise da língua busca averiguar “segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos”, a análise do acontecimento discursivo apresenta outra questão: “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 2012, p. 33). Neste contexto, os enunciados passam a ser considerados a partir de onde emergem e o que afirmam ou negam, segundo que leis são formados e que acontecimentos existem sobre o pano de fundo em que eles têm existência e são (re)produzidos. Trata-se não de analisar estruturas formais ou leis de construção dos enunciados, mas o instante de sua existência e as regras de seu aparecimento, a fim de descrever não uma “configuração ou uma forma, mas um conjunto de regras que são imanentes a uma prática discursiva e definem sua especificidade” (FOUCAULT, 2012, p. 30)

A oposição entre o verdadeiro e falso aparece em Foucault (1996) na *Ordem do discurso* como algo que constitui um sistema histórico, modificável e institucionalmente coercitivo. Assim, para Castro (2014, p. 81), nos deparamos “com diferentes distribuições dos limites

entre o verdadeiro e o falso ou, segunda sua própria expressão, com diferentes morfologias da vontade de verdade. A verdade tem, então, sua própria história”. Assim, com as reflexões sobre o poder (na discussão em que a produção de discursos é controlada, selecionada, organizada e distribuída, está inserida indiretamente a questão do poder enquanto feixe de relações) está a centralidade das problematizações acerca dos saberes. Isso se deve ao fato de que a partir da noção de acontecimento, temos todo um escalonamento de tipos de acontecimentos distintos entre si que não gozam da mesma amplitude de alcance, nem a mesma capacidade de produzir efeitos.

Trata-se de discutir: o que é que foi (está sendo) colocado no lugar do verdadeiro? Quais as condições de possibilidade que emergem e quais os efeitos das redes de saber-poder que se inserem nas problematizações que nos propusermos analisar? Sem dúvida a verdade “está ligada aos sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2008, p. 14) Neste contexto, a verdade é vista por Foucault como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a regularidade, repartição e circulação dos enunciados. Trata-se do que sustenta os enunciados e permite perceber a ação das redes de poder que atravessam discursos, corpos e práticas.

Já a noção de biopolítica como uma tecnologia de poder exercido sobre a vida e sobre modos de existência de um coletivo de indivíduos (população) é um conceito que pode ser apreendido de estudos posteriores. Podemos afirmar que a população é passível de ser governada em instâncias nas quais a saúde é objeto de um poder medical, quando distinções sociais se operam a partir do recrutamento para a guerra, quando um dispositivo de segurança existe para protegê-la de danos e da violência, quando o sexo passa a estar ligado a um dispositivo de sexualidade. Diante disso, o governo econômico passa a se voltar para outro âmbito: o do *homo oeconomicus*. Cada uma desses espaços de governabilidade está associada a modos de regular a vida da população. Historicamente, a crítica ao poder soberano que decidia sobre a vida e a morte, por exemplo, se deu de formas distintas: seja pela teologia ou quando o direito à regulação da conduta dos que governavam era cerceada a partir de limites oriundos de instâncias específicas.

Na Idade Média foi a teologia que impôs limites ao poder do soberano, pois se reivindicava a existência de uma ordem divina que lhe precedia e cerceava a extensão de seu poder sobre os súditos. Já nos séculos XVI e XVII a crítica que impôs limites veio do âmbito jurídico. Então, é o direito natural que limita a ação do Estado estabelecendo termos contratuais da relação entre Estado e poder público. Assim, teologia e direito limitaram os poderes do soberano.

Tal redirecionamento histórico é apontado por Foucault nos anos 1970, quando este apresentou um conceito de política que rompe com a adoção da postura de atribuir processos políticos a estruturas e determinantes biológicos. Para ele, a “vida” passa a ser considerada uma espécie de *locus* sobre o qual há o investimento de estratégias políticas. Foucault passa a se referir à biopolítica como uma forma distinta de mecanismo de poder ao reformular conceitos ligados ao de soberania política, subordinando-os a outras formas acerca do saber político. Tal transformação fundamental na ordem do político pode ser pensada da seguinte maneira:

Pela primeira vez na história [...] o biológico reflete-se no político; [...] Mas o que poderia chamar de limiar da modernidade biológica de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. O homem durante milênios permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é

um animal em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (FOUCAULT, 2001, p. 155-156).

Se formos pensar em termos de aparição conceptual, o conceito de biopolítica apareceu pela primeira vez em obras foucaultianas em uma palestra realizada em 1974, intitulada “O nascimento da medicina social”, posteriormente traduzida e inserida na Coletânea *Microfísica do Poder*, organizada por Roberto Machado⁵ no Brasil. A genealogia do poder efetuada na obra *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1999) também aponta para a existência de micropoderes surgidos no decorrer do século XVII, direcionados para o disciplinamento do corpo individual, culminando na estimulação da constituição do indivíduo dócil e dos corpos úteis. A passagem de uma rede de micropoderes para o biopoder se dá no transcurso do século XVIII para o século XIX, quando a atenção se volta para a coletividade, visando regulamentar a população. Posteriormente, ao voltar sua atenção para as modernas teorias econômicas de mercado - influenciadas, sobretudo, pelos estudos da Escola de Chicago -, Foucault vai estudar uma racionalidade política que ocorre através da transformação do indivíduo em *homo aeconomicus*.

A sistematização do conceito de biopolítica, porém, só ocorre em seu curso do Collège de France intitulado *Em defesa da sociedade* (1975-1976) e no primeiro volume da *História da Sexualidade vol I: a vontade de saber* (1976), mais especificamente no último capítulo intitulado “Direito de morte e poder sobre a vida”. Nessas obras, a biopolítica é situada em oposição ao poder soberano de vida e de morte.

É importante mencionar que, em meados do século XVI, se acentua o desenvolvimento do Estado, em um movimento de laicização do poder pastoral, em que a relação entre pastor e rebanho exemplifica a relação entre governante e governados na esfera do Estado. Quando, com a laicização, o funcionamento e o fundamento da soberania e da organização política não se dão mais por meio das leis divinas, emerge o desenvolvimento de uma nova racionalidade governamental: “a razão de Estado” em torno dos séculos XVI e XVII na Europa que dá lugar, a partir da segunda metade do século XVIII, para a governamentalidade liberal. Em termos biopolíticos, especificamente em relação ao que Foucault (2001, p. 131) intitula poder sobre a vida, observa ele, no primeiro volume da *História da Sexualidade*:

Concretamente, este poder sobre a vida se desenvolveu-se a partir do século XVII em duas formas principais: que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de reclamações. Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina, no seu *dressage*⁶, na potencialização de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurados por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do vivente e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração de vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica

5 Roberto Machado foi ouvinte na Universidade de Heidelberg, no ano letivo 1969-70, fez vários estágios no Collège de France, sob a orientação de Michel Foucault, entre 1973 e 1980, e Pós-doutorado na Universidade de Paris VIII, com Gilles Deleuze, em 1985-86. A referência do texto em questão pode ser encontrada na listagem completa ao final desta tese sob o formato autor/ano de Foucault (1979).

6 Adestramento.

das populações.

Foucault também opera, conforme assinalado anteriormente, analiticamente a partir de uma oposição entre poder soberano e biopoder. Isso porque através do poder soberano são organizados modos de confisco de bens, por meio da apreensão de produtos e serviços, que podem chegar ao extremo de decidir sobre o fim da vida dos indivíduos. O poder “sobre a morte”, no entanto, viria a ser sobrepujado por uma forma de poder que visa desenvolver, assegurar e controlar as populações. Assim, a biopolítica simboliza uma espécie de censura no pensamento e nos modos de ação políticos, ao promover a reformulação do poder soberano a partir de um deslocamento fundamental. Para Foucault, o conceito também está associado a uma forma específica de governar que tem emergência a partir das técnicas liberais de governamentalidade e de condução da vida.

A afirmação acerca do deslocamento que tornou o poder soberano integrado ao biopoder, subordinando-se aos objetivos do segundo, foi marcada por fatos históricos assinalados por Foucault (2001). Para ele, foram decisivos a ampliação da produção industrial e agrícola no século XVIII, os desenvolvimentos e aperfeiçoamentos da ciência e do saber medicinal sobre o corpo humano para “a entrada da vida na história” (FOUCAULT, 2001, p. 154). Mesmo que houvesse então epidemias de fome e doenças, as inovações científico-medicinal-tecnológicas permitiam razoável domínio sobre a vida dos indivíduos.

Há então uma diferença fundamental entre poder soberano e biopolítica: enquanto que o primeiro “faz morrer ou deixa viver”, a segunda “deixa morrer e faz viver”. Então, se a tecnologia disciplinar, estudada em *Vigiar e Punir*, que tinha emergido no século XVII, se voltava para o corpo de cada indivíduo, visando seu adestramento e vigilância, na segunda metade do século XVIII outra tecnologia de poder se volta para a regulação e para o controle do corpo coletivo das populações. Se as disciplinarizações se desenvolveram por meio de instituições particulares como o exército, as prisões, as escolas e os hospitais a partir do século XVIII é o Estado que passa a ter papel central na regulação e no controle da população. É preciso notar que não se trata da exclusão de um polo em relação ao outro. Ao tratar especificamente da relação entre poder soberano e biopolítica, Foucault se refere à existência de “dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações” (FOUCAULT, 2001, p. 151).

Em meio à pandemia, o Brasil tem se destacado e não é positivamente. É possível notar o funcionamento da biopolítica em nossa sociedade durante esse período tão turbulento. Isso porque o impacto da pandemia no cotidiano dos brasileiros repercute na vida comum, no trabalho e nas relações sociais. Diante da proliferação de um vírus que se espalha pelo planeta inteiro e que, muitas vezes, pode ser letal, os negligenciamentos governamentais, a desaprovação pública com medidas sanitárias oriundas de regulamentações de órgãos oficiais de saúde, a falta de cuidado em ambientes públicos e a incitação às aglomerações são elementos que fazem parte de uma orientação biopolítica onde determinadas iniciativas são facilitadas e condutas preventivas são questionadas. Trata-se de decisões que afetam nossos corpos e, então, urge a necessidade de que sejam tomadas decisões bioéticas, que considerem a preservação do maior número possível de vidas.

Desde o início da pandemia, uma série de medidas protetivas e preventivas têm sido aplicadas em diversos lugares do mundo. Tanto que Byung-Chul Han (2020) chegou a mencionar a existência de uma biopolítica digital, pois, munindo-se do uso da tecnologia, torna-se possível

mensurar a letalidade e mortalidade do vírus ao mesmo tempo em que se adotam aparelhos de medição de temperaturas no acesso a estabelecimentos em geral mundo afora, uso de celulares para rastreamento e câmeras de reconhecimento, por exemplo. Han (2018), inclusive, é um dos inúmeros leitores contemporâneos de Foucault. Ele cunhou o termo psicopolítica, que também é importante no escopo investigativo que estamos desenvolvendo. Suas discussões estão voltadas para a temática das relações entre poder e sociedade. O livro intitulado *Psicopolítica e Neoliberalismo*, traduzido pela editora Ayné em 2018, é fundamental para compreender o pensamento do autor.

Para ele, o neoliberalismo sofreu transformações que resultaram no limite da produção da sociedade da disciplina e da negatividade, que, antes era a sociedade da coerção, da exploração alheia e da autoexploração. A fim de continuar gerando lucros exorbitantes para o mercado, então, teria havido um redirecionamento: ao invés da disciplinarização de corpos, o que se tem hoje é a sociedade do desempenho, do estímulo, da meritocracia, do *workaholic*. O estímulo psicopoliticamente orientado seria da ordem de uma dedicação de livre e espontânea vontade dos trabalhadores, que buscam render mais, “vestir a camisa”, (e, no âmbito do negacionismo pandêmico, poderíamos acrescentar, há os que buscam “salvar a economia”). Entram em cena os discursos acerca da necessidade de atingir metas e de otimizar o tempo cada vez mais a fim de que todos se tornem empresários de si mesmos. As formas de bonificação contemporâneas não precisam mais ser financeiras, do campo do trabalho se vai para a vida privada e para a vida social, onde curtidas, compartilhamentos, identificações coletivas, retuítes caracterizam a comparação e a concorrência estimulada e (re) produzida em sociedade.

Em meio à sociedade do desempenho, fechar portas, interditar o comércio e inviabilizar saídas rotineiras para compras em shoppings são vetores que ampliam uma sensação de estranhamento. Só que a economia de mercado não é da ordem da preservação das vidas, mas da exasperação dos corpos. Sujeitos, nessa lógica, só valem se forem indivíduos produtivos, tomados como corpos úteis, e, assim, os doentes e vulneráveis não pertencem à lógica neoliberal. Não é a toa que se pode falar de uma biopolítica do negacionismo que é psicopoliticamente orientada. Nesse cenário de dissolução de classes, a autoexploração é estimulada, em meio às condições propagadoras da existência do mérito, da liberdade e da indiferença de uns em relação aos outros. Enquanto que o neoliberalismo é apresentado por economistas e entusiastas como uma instância que defende a liberdade individual, enquanto os indivíduos se sentem indiferentes em relação aos demais, o capital vai se multiplicando.

O capital se multiplica enquanto competimos livremente uns com os outros. A liberdade individual é uma servidão na medida em que é tomada pelo capital para sua própria multiplicação. Assim, o capital explora a liberdade do indivíduo para se reproduzir [...] A liberdade do capital se realiza pela liberdade individual. (HAN, 2018, p. 39)

É preciso destacar que as medidas preventivas recomendadas durante a pandemia envolvem um tipo de controle que é bastante amplo. Mas, se há necessidade de reforçar a importância de tais medidas, também é preciso estar atento para o avanço do negacionismo, que estimula, psicopoliticamente, a minimizar a gravidade da situação, como o ato de considerar a COVID-19 mais uma gripezinha, desconfiar dos diagnósticos positivos nas necropsias, realizar comemorações e agrupamentos em locais públicos e transformar as medidas de contenção do vírus em motivo de chacota.

O resultado: Santa Catarina já teve 13 das 16 regiões em risco gravíssimo⁷. Em uma semana, o número de regiões subiu de 3 para 13 no estado. No final de novembro de 2020, por exemplo, as UTIs registraram uma das maiores taxas de ocupação desde o início da pandemia. Na ocasião, as regiões classificadas como lugares de risco gravíssimo foram: Laguna, Extremo Sul, Carbonífera, Grande Florianópolis, Serra, Alto Vale do Itajaí, Médio Vale, Nordeste, Planalto Norte, Alto Vale do Rio do Peixe, Meio Oeste, Oeste, Xanxerê. Classificadas como locais de risco grave estão Foz do Rio Itajaí, Alto Uruguai, Extremo Oeste. A informação, confirmada pelo governo, foi apresentada no Bom Dia Santa Catarina, na quarta-feira, 25 de novembro. Semanalmente, o mapa de classificação de risco é divulgado pelo governo catarinense. As classificações são: gravíssimo, grave, alto e moderado. O cálculo considera a transmissibilidade do vírus, a quantidade de leitos vagos e o número de casos ativos de cada localidade.

Na prática, a preservação da vida do outro parece ter ficado em segundo plano. O individualismo, perpetuado pelo enaltecimento da lógica da economia de mercado, na qual todos se tornam mercadorias e são substituíveis, levou inúmeras regiões do país à beira de um estado de emergência e de calamidade pública. Se considerarmos o Oeste de Santa Catarina, assim como no restante do estado⁸, por exemplo, faz algum tempo que ocorrem aglomerações diversas, o uso de máscara pelas ruas não tem sido empregado com responsabilidade (há inúmeras pessoas que as utilizam somente quando entram nos recintos onde são obrigatórias) e a superlotação de lugares públicos são elementos que permitem que pensemos numa orientação psicopolítica em meio à pandemia. Como a psicopolítica incita indivíduos a se comunicarem, a se manifestarem, estimulando a expressão de desejos e opiniões, isso criou outro efeito: há inúmeros sujeitos que tomam atitudes biopolíticas negligenciadoras de vidas vulneráveis, no momento em que as ações enumeradas anteriormente surtem efeitos nocivos principalmente por causa do aumento da proliferação do coronavírus.

A situação atual, de descontrole da pandemia da Covid-19, faz aumentar o número de mortes e novos casos de modo exorbitante. Então, podemos reforçar: o negacionismo, além de ser um desserviço, é um dos fatores⁹ nocivos que colaboram para o agravamento da crise sanitária provocada pelo coronavírus. A desmoralização de autoridades sanitárias e de cientistas é um dos efeitos do negacionismo no Brasil. Mas ela não é acidental. Não se busca preservar a vida de alguns sujeitos, mas negar a desproteção que leva à morte de tantos outros indivíduos.

A essa altura, é importante mencionar a contribuição do sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2020), que produziu um ensaio intitulado *A cruel pedagogia do vírus*. A obra é referência no campo das Ciências Humanas, mais especificamente, no âmbito das Ciências Educacionais. Ela aponta para conhecimentos que podemos alcançar por meio da vivência em tempos pandêmicos e também se volta para a compreensão da situação dos mais vulneráveis e atingidos de forma mais intensa pelo vírus.

Entre os conhecimentos que o autor menciona, e que decorrem da pandemia do

7 A notícia bem como o mapa de risco, referente ao mês de novembro de 2020 estão disponíveis em: <<<https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-13-das-16-regioes-em-risco-gravissimo-para-coronavirus>>> Acesso em 26 nov. 2020.

8 Como exemplo de aglomerações podem ser conferidas as matérias disponíveis em: <<<https://www.nsctotal.com.br/noticias/sc-tem-ao-menos-133-ocorrencias-de-aglomeracoes-e-festas-clandestinas-no-feriado>>> e em <<<https://ndmais.com.br/seguranca/aglomeracoes-sao-registradas-em-chapeco-no-fim-de-semana/>>> Acesso em 26 nov. 2020.

9 Só para se ter uma ideia, pode ser mencionado o estudo de Caponi (2020), para quem há três antecedentes principais que culminaram no descontrole da pandemia no Brasil: questões epistemológicas vinculadas ao negacionismo científico; questões ético-políticas vinculadas aos direitos humanos; estratégias biopolíticas vinculadas à razão neoliberal.

coronavírus, estão: a) não se pode considerar a crise atual como sendo oposta a um contexto de normalidade, já que, desde 1980, o avanço do neoliberalismo fez com que o mundo vivesse em um contínuo estado de crise por causa dos efeitos das políticas neoliberais; b) há inúmeras transformações que ocorrem nos modos de se relacionar vivenciados ao longo do tempo. A alternativa defendida massivamente, de tempos em tempos, de que não haveria solução diante de problemas enfrentados globalmente (ocasionados pelos efeitos do hipercapitalismo) existe porque, mesmo mediante a existência de alternativas, elas nunca foram discutidas oficialmente, visando implementação de outros modos de governar; c) a fragilidade e sentimento de insegurança, que são resultado da intensificação dos efeitos da pandemia, nos seres humanos vão sendo amenizados na população que tem privilégios devido ao acesso a médicos, academias, planos de seguro e assistência privilegiada, etc.; d) a diminuição de atividades econômicas tem produzido a despoluição atmosférica em diversos lugares mundo afora, o que faz pensar se “[...] a única maneira de evitar a cada vez mais eminente catástrofe ecológica é por via da destruição maciça da vida humana” (SANTOS, 2020, s. p.).

Se o vírus ensina, há outros modos de aprender. Há, também, uma forma de produzir e disseminar uma conduta adversa em relação à gravidade da situação: temos, entre nós, a reprodução do negacionismo acerca da pandemia. Nesse contexto, se essa negação não é específica ou mesmo rara, e se prolifera em larga escala, é porque, além do que Santos chamou de pedagogia do vírus, temos, também, uma pedagogização do negacionismo, que produz formas de subjetivação e incita ao desenvolvimento de condutas e contracondutas.

A relativização da gravidade da doença pode ser pensada no âmbito daquilo que Freud (2014) chamou de efeitos da negação. Sendo a negação um meio de emergir um conteúdo reprimido, recalcado, é importante usar tal conceito no contexto pandêmico atual. Afirmar que a negação, no sentido freudiano, tem a ver com os negacionistas atuais é possível se considerarmos que o próprio Freud (2014) afirmou que, se a negação é um modo de ter acesso ao inconsciente, isso não significa que aqueles que negam vão aceitar aquilo que foi reprimido. Assim, a negação, para Freud, está associada aquilo que se quer reprimir, mas que sempre retorna e não se deixa ocultar por inteiro. Isso porque a finalidade não é encontrar um objeto correspondente ao que está sendo representado e sendo dado a conhecer por meio da enunciação, mas reencontrar o objeto do discurso, a fim de perceber que ele ainda está presente.

Desse modo, a mesma biopolítica, que dispõe de mecanismos de controle de populações – por meio de unidades básicas de saúde, hospitais, ferramentas para mensurar a gravidade da situação em cada momento da pandemia –, é caracterizada por uma governamentalidade que adia e age consoante à desproteção de indivíduos vulneráveis. Mas essa governamentalidade neoliberal não vem somente “do exterior”. Daniele Lorenzini, professor adjunto de Filosofia na Universidade de Warwick, coeditor do *Foucault Studies*, em um artigo afirma que

[a]o invés de nos preocuparmos sobre o aumento dos mecanismos de vigilância e controle indiscriminado sob um novo “estado de exceção”, tenho a tendência, portanto, de me preocupar com o fato de já sermos sujeitos biopolíticos dóceis e obedientes. O poder biopolítico não é (apenas) exercido em nossas vidas do “exterior”, por assim dizer, mas faz parte do que somos, de nossa forma histórica de subjetividade, no mínimo, pelos últimos dois séculos (LORENZINI, 2020, s. p.)¹⁰.

10 Do original: “Instead of worrying about the increase of surveillance mechanisms and indiscriminate control under a new

Uma consideração importante que tem aparição no referido texto é que alerta para o fato de que, na década de 1970, Foucault não buscava constatar se a biopolítica era “boa” ou “má”. O que seus estudos atentaram foi para uma transformação temporal que vai do poder disciplinar para o campo da biopolítica, voltando-se para o contingente de populações inteiras, ao invés de voltar-se para o disciplinamento do corpo dos indivíduos. Isso porque tal mudança de paradigma trouxe por consequência o fato de que não somos governados da mesma forma, o que resulta na extensão dos mecanismos de poder sobre um coletivo de indivíduos.

É importante lembrar que uma das palavras mais utilizadas entre foucaultianos é a desnaturalização. Isso porque é preciso desconfiar das evidências, e desnaturalizar é fazer deixar de ser “natural” aquilo que entra nos meandros da obviedade, que levam a pensar que as coisas são assim porque são assim. Falar em negacionismo não é partir em busca de vilões ou bodes expiatórios. hoje o Brasil tem mais de 200 milhões de habitantes, distribuídos em mais de 5 mil municípios. Destes, metade da população (104 milhões) vive com uma renda de 413 reais por mês, segundo a pesquisa nacional por amostra de domicílios do IBGE, cujos dados foram divulgados no final de 2019. Não se trata de uma distribuição homogênea dos sujeitos pobres no Brasil, pois estamos falando de um grupo específico da população. Se o coronavírus chegou ao Brasil através de viagens de pessoas de classes privilegiadas ao exterior a proliferação não distingue classe social. No entanto, a vulnerabilidade a que os mais pobres estão sujeitos coloca-os em risco considerável.

Em grandes centros urbanos, a covid-19, doença provocada pelo novo coronavírus, já mata mais na periferia do que no centro. Na cidade de São Paulo, entre os bairros onde moravam mais vítimas estão Brasilândia, Sapopemba, São Mateus e Cidade Tiradentes, todos na periferia. O mesmo ocorre em outras capitais. Em Fortaleza, os bairros em situação mais crítica são Barra do Ceará e José Walter, ambos na periferia.

A contaminação é facilitada pela distribuição desigual da renda. Nas periferias, as condições para cumprir o isolamento social são piores: há mais moradores por domicílio, o acesso a água encanada, vital para a higienização, às vezes não existe ou é intermitente, e a insegurança econômica estimula muitos a saírem de casa para obter algum dinheiro.

Quando alguém é infectado e adocece, o sistema público de saúde é a única alternativa, e em algumas cidades ele já está saturado para tratar casos graves. O ponto de partida já é desigual: o número de leitos de UTIs na rede pública, por 10 mil habitantes, é quase cinco vezes inferior ao da rede privada (LUPION, 2020, s. p.).

Assim, a governamentalidade não se dá somente no domínio da lei, mas da constatação de que sendo todos seres vivos, constituímos uma massa global – populacional – com taxas de natalidade, mortalidade, morbidade, expectativa de vida, vulnerabilidades, etc. (Cf. LORENZINI, 2020). Só para citar um exemplo, pode ser mencionado o caso dos haitianos no Oeste Catarinense. Segundo Risson, Dal Magro e Lajus (2017), “a inserção desses trabalhadores se dá especialmente em postos de trabalho precários em função da baixa remuneração e dos riscos de adoecimento”. As autoras mencionam que a contratação é efetuada por estabelecimentos industriais que visam suprir a falta de mão-de-obra local.

“state of exception,” I therefore tend to worry about the fact that we already *are* docile, obedient biopolitical subjects. Biopolitical power is not (only) exercised on our lives from the “outside,” as it were, but has been a part of what we are, of our historical form of subjectivity, for at least the past two centuries”.

No estudo mencionado, elas associam a vulnerabilidade à exploração do trabalho dos imigrantes. Noutro estudo, Dal Magro, Coutinho e Moré (2016) investigam as relações de poder presentes na atenção à saúde do trabalhador formal, percorrendo o âmbito das exigências por produtividade industrial em oposição às necessidades de assistência à saúde dos trabalhadores. Acerca da região Oeste catarinense, Dal Magro et al (2016) pesquisaram sobre as condições de trabalho precárias a que estão sujeitos indivíduos assalariados, o que resulta em Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e queixas de ordem física, psicológica e social. Mesmo no caso da assistência a trabalhadores, até mesmo profissionais da saúde sofrem efeitos do controle biopolítico: as práticas de assistência à saúde laboral funcionam por meio do controle desses profissionais. Há, então, parâmetros e diretrizes que precisam seguir e tais circunscrições agem como dispositivo biopolítico de governo da força de trabalho (Cf. DAL MAGRO, COUTINHO E MORÉ, 2016).

Nesse interim, se somos – ou nos tornamos – sujeitos biopolíticos, dóceis e obedientes, é porque é preciso que a governamentalidade não venha somente “de fora”, mas que haja um adestramento de si a fim de que modos de conduta sejam reproduzidos social e culturalmente. Perceber o funcionamento das formações históricas de modos de subjetivação é, então, uma ação que se insere naquilo que Foucault chamou de uma ontologia crítica de nós mesmos, pois devemos estar sempre dispostos a questionar a própria estrutura dessas formações.

5 Considerações finais

A pandemia não divide os indivíduos, ela escancara a vulnerabilidade que se acentua em meio à crise. Sem considerar uma série de obstáculos para o cumprimento das medidas sanitárias recomendadas, portanto, não é possível construir uma pesquisa séria e comprometida sobre o negacionismo. Desse modo, a falácia de que estamos todos no mesmo barco nunca foi tão desnecessária e irônica: o coronavírus não coloca todos os seres humanos em condição de igualdade.

Do mesmo modo, vale destacar que a igualdade é para os ricos e privilegiados, que têm casa ou apartamento para passar a quarentena, cumprindo as recomendações sanitárias, mesmo em suas próprias residências. O que resta é a desigualdade para os que precisam trabalhar porque não têm dinheiro, para arcar com contas domésticas ou porque não podem perder salários ou, até mesmo, os que não têm onde morar. Mais do que nomear indivíduos, esta pesquisa busca compreender a complexidade da proliferação do negacionismo que se acentuou em meio à quarentena e que faz parte da história da humanidade desde muito antes do período em que vivemos. Por isso, no caso específico desta investigação em andamento, podem ser analisados, por exemplo, enunciados extraídos de comentários de jornais e revistas disponibilizados em meios digitais, cuja coordenação se concentra no Oeste Catarinense para buscar apreender especificidades e similitudes com o cenário nacional de negação do coronavírus.

Vale assinalar que este texto teve a pretensão de se desenvolver enquanto ensaio teórico. As investigações aqui propostas não são conclusivas, mas já trazem direcionamentos para problematizações possíveis acerca da temática a que se destina. Diante disso, os próximos passos a ser tomados futuramente visarão apontar para a proficuidade da netnografia cartográfica que vai delineando o percurso durante a execução da pesquisa e não propõe resultados definitivos

ao mesmo tempo em que se abre para incertezas, direciona-se para o viés da deriva e de possibilidades de deslocamento possíveis. Outros trabalhos serão desenvolvidos em seguida visando mostrar a fertilidade de tal conceito terminológico. Por hora, este texto buscou apresentar ensaísticamente reflexões acerca do negacionismo em tempos pandêmicos e apresentar uma metodologia inovadora, resultante da união entre os estudos cartográficos e a etnografia virtual como alternativas possíveis em meio ao distanciamento social que a pandemia da COVID-19 fez imperar sobre nós.

Referências

- AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. **Vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas**. São Paulo: Casa de Edição, 1996.
- BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**. São Paulo: Paulus, 2006.
- CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 209-223, 2020.
- CASARA, Rubens R. R. **Bolsonaro: o mito e o sintoma**. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHAMAYOU, Grégoire. **A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Tradução: Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2020.
- DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin; TRZCINSKI, Clarete; TONEZER, Cristiane. Queixas e diagnósticos relacionados ao trabalho em agroindústrias do oeste de Santa Catarina - Brasil. **Revista brasileira de planejamento e desenvolvimento**, v. 5, p. 198-218, 2016.
- DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; COUTINHO, Maria Chalfin; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Relações de poder na atenção à saúde do trabalhador formal: o caso da indústria de abate e processamento de carnes. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, p. 1-14, 2016.
- DANNER, Fernando. **Biopolítica e liberalismo: a crítica da racionalidade política em Michel Foucault**. 2011. 168 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. V. 1.
- DUNKER, Christian. **A arte da quarentena para principiantes**. São Paulo: Boitempo, 2020.

-
- DUNKER, Christian. **Estrutura e constituição da clínica psicanalítica**. São Paulo: Annablume, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. “Eu sou um pirotécnico”. In: POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault entrevistas**. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 67-100.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade v. I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. e org.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 79-98.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. (orgs.). **Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder”. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26ª ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008c, p. 1-14.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 20ª ed. Tradução Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FREUD, Sigmund. **A negação**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Lisboa: Relógio D’Água, 2014.
- HAN, Byung-Chul. **La emergência viral y el mundo de mañana**. Buenos Aires: ASPO, 2020.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Áyiné, 2018.
- HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Petrópolis; Vozes, 2017.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o Breve Século XX. (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LORENZINI, Daniele. Biopolitics in the Time of Coronavirus. *Critical Inquiry*, v. 1, s. p., april 2020. Disponível em: <<<https://critinq.wordpress.com/2020/04/02/biopolitics-in-the-time-of-coronavirus/>>> Acesso em 26 nov. 2020.
- LUPION, Bruno. Como o novo coronavírus acentua as desigualdades no Brasil, **DW**, s. p., 27

abril 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/como-o-novo-coronav%C3%ADrus-acentua-as-desigualdades-no-brasil/a-53256164>>. Acesso em 26 nov. 2020.

MANN, Jonathan; TARANTOLA, Daniel J. M.; NETTER, Thomas W. (Org.). **A Aids no mundo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Abia; IMS; Uerj, 1992.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009.

MOESCH, Maria Carolina da Silveira; DAL MAGRO, Márcia Luis Pit; COMERLATTO, Dunia. Discursos e práticas profissionais e o acesso de indígenas à política de assistência social, **Barbarói**, n. 51, p. 90-112, jan/jun, 2018.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓZIA, Liliana da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais, **Barbarói**, n.38, p.49-59, jan./jun. 2013.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RISSON, Ana Paula; DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit; LAJUS, Maria Luíza de Souza. Imigração e trabalho precário: Reflexões acerca da chegada da população haitiana no Oeste de Santa Catarina. **Périplus**, v. I, p. 144-152, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SILVEIRA, Éderson Luís. Quanto vale um escravo hoje? A vulnerabilidade (des) fiscalizada, os rastros da necrobiopolítica e (a tentativa d)o controle dos discursos na contemporaneidade. In: BRAGA, Joaquim; FERNANDES, Rafael; TASSO, Ismara. (Org.). **Michel Foucault e os discursos do corpo**. Campinas: Pontes, 2020, v. 1, p. 131-139.

TONEZER, Cristiane; TRZCINSKI, Clarete; DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit. As Vulnerabilidades da Velhice Rural: Um Estudo de Casos Múltiplos no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em questão**, v. 15, p. 7-38, 2017.